

Manifesto de Atibaia

Nós, abaixo assinados - pastores, presbíteros e povo presbiteriano, quase todos com dezenas de anos de trabalho fiel no seio da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) -, sentimos o imperioso dever de consciência cristã de elaborarmos este documento como fundamento das deliberações que tomamos nesta data.

Há doze anos que a direção da IPB tomou um rumo inteiramente contrário à sua história no Brasil desde a sua fundação. Temos aguardado pacientemente durante todo este longo tempo, na pressuposição de que o bom senso voltaria a imperar na comunidade presbiteriana. Contudo, o que se observa é a formação de verdadeiro partido político no seio da Igreja, com normas de atuação próprias do meio secular, a fim de perpetuar o domínio de um grupo apenas.

A continuidade dos mesmos elementos através de eleições sucessivas denota o caráter de imoralidade, daí, no século, a previsão nas constituições decentes da impossibilidade de reeleição do presidente da República. É evidente que aqueles que têm o domínio têm poderosa máquina para manobras com caráter de legalidade, a fim de se perpetuarem no poder. E, como consequência da corrupção do grupo dominante, a vida toda da Igreja foi atingida, notando-se as seguintes anomalias:

1. As eleições para os concílios seguem os caminhos das eleições seculares. Há corridas de um lado para outro, conciliábulo, informações tendenciosas, tudo para garantir o número necessário de votos para eleição da pessoa indicada, no caso do Supremo Concílio, o candidato cuja publicidade já é feita com muita antecedência, através do órgão oficial da Igreja.

2. Há divisões de presbitérios e de sínodos com o propósito claro de aumentar o número de votos que garanta a reeleição do mesmo grupo. E até às comunidades locais desce a trama infamante, envolvendo pessoas humildes e de nenhuma experiência das sutilezas maquiavélicas da cúpula dominante. E se foi alguém da cúpula que disse, deve ser verdade. A suposição falsa de que aqueles que estão no poder sempre estão certos. Total falta de respeito aos concílios locais. Divisões feitas nos concílios superiores, sem consulta e, às vezes, sem conhecimento dos concílios inferiores e das comunidades locais. Tudo sempre para favorecer o domínio de um grupo.

3. A perseguição de pastores e membros que deram o melhor de sua vida para o trabalho da Igreja, através de processos eclesiais, da imprensa oficial, com publicações contendo meias-verdades, a fim de indispor com a comunidade presbiteriana - tanto local como nacional - pastores honrados.

4. O uso tendencioso da Constituição da Igreja, que serve de norma apenas quando favorece a cúpula da Igreja. As mais absurdas medidas têm sido tomadas contra concílios, pastores e comunidades locais, com violação clamorosa das leis e praxes presbiterianas.

5. O jornal oficial da Igreja [Brasil Presbiteriano], que deveria expressar o pensamento da Igreja em geral, expressa as idiosincrasias da facção dominante. Em tempos passados, o órgão oficial procurava edificar a Igreja. Trazia artigos das expressões maiores do pensamento presbiteriano. Não era jornal de um grupo. Agora, aqueles que realmente pensam não têm lugar no jornal da Igreja. A pobreza do que é publicado seria tolerável não fora o veneno do insulto misturado à clamorosa ignorância de um fanatismo intolerante.

6. Quanto à alegação de que não há concordância doutrinária para a constituição de nova denominação, e que tudo não passa de questões pessoais: não é verdade. O que se condena na atual administração da Igreja é a sua prepotência, falta de respeito à pessoa humana, veiculação de notícias tendenciosas a respeito de igrejas locais e de respeitáveis ministros do evangelho, cuja vida aí está patente perante a Igreja Nacional. E a politicagem, a cobiça dos cargos, das vantagens pecuniárias, o fascínio do poder.

Pergunta-se: existem heresias mais graves do que causar divisões no seio da Igreja devido a interesses pessoais?

7. Ouve-se também a afirmação de que a formação de outra denominação produz escândalo; que o fato de se trazer à luz do dia a degenerescência da administração produz escândalo. Pergunta-se: não há maior escândalo nas injustiças praticadas pela atual cúpula da Igreja contra comunidades e pastores? E maior escândalo ainda é o fato de muitos crentes estarem conscientes de tais injustiças e ficarem calados para, segundo eles, não produzirem escândalos. Não foi assim que procedeu o Senhor Jesus, que denunciou sem rodeios a cúpula dirigente da Igreja dos seus dias. E assim como o Mestre, também o fizeram os profetas da antiga aliança. E hoje, numa atitude que indica um cristianismo desfibrado, nada se quer fazer com a falsa desculpa de que vai produzir escândalo.

8. Fato inédito da história da Igreja Presbiteriana: o domínio do Instituto Mackenzie pela cúpula da Igreja. Toda a cúpula ajustou-se com grande "desprendimento" aos polpudos empregos do Mackenzie. Aqueles que sempre se opuseram à presente administração defenderam a desvinculação do Mackenzie da Igreja. Na atual situação, o que vai acontecer, sempre, é a luta política pela posse da direção da Igreja, porque quem tiver esta terá também a posse do Mackenzie. E assim instala-se a cobiça e a luta política dentro da Igreja. E é isto que tem acontecido e contra isto é que se levantam os signatários deste documento.

Diante desta situação insolúvel, nada mais poderíamos fazer. Nem protestos, nem recursos encontram encaminhamento para solução pacífica. Assim foi com a liderança da Igreja na antiga aliança e de igual modo a Igreja Cristã em séculos passados. A Igreja sobrevive quando reconhece a necessidade constante de reforma. Tivemos de seguir o exemplo de Paulo e Barnabé: a separação. Nem é mesmo separação, pois que congregações locais e concílios, que foram eliminados da Igreja Nacional, se reúnem para prosseguir no trabalho que já vinham fazendo sem quebra de fidelidade à Palavra de Deus, aos Credos da Igreja e às Confissões de Fé da Igreja Reformada. Tudo isto é dolorido, mas não podemos deixar de prosseguir na obra que nos foi confiada por Deus, e nem podemos ser infiéis à voz da nossa consciência iluminada pelo Espírito Santo. O Senhor Jesus nos julgará.

Os signatários da ata de instalação da Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas - pastores e presbíteros representantes de igrejas e concílios maiores - tomam as seguintes decisões:

1. Declaramos constituída, nesta data, a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas, que se regerá, na esfera civil, pelos seus estatutos e, na esfera eclesiástica, pelo seu regimento.

2. Declaramos que é nosso desejo prosseguir na obra do Reino de Deus, dominados pelo Espírito de Cristo, em harmonia e alegre comunhão uns com os outros, paz e respeito mútuo.

3. Expressamos nossos propósitos nos seguintes termos: declaramos que é o nosso propósito edificar nova comunidade onde reine o amor e a consagração à obra de redenção do homem e não interesses humanos subalternos, indignos daqueles que fazem profissão de fé cristã.

4. Declaramos que, como mordomos do Senhor Jesus, não poderemos gastar o tempo retornando às questões passadas, reavivando injustiças sofridas ou reivindicando direitos de que fomos esbulhados, mas, com a visão voltada para o futuro, colocamos o nosso coração na obra que temos para fazer, na consciência clara da nossa responsabilidade diante do Senhor da Igreja, a quem teremos de prestar conta do uso que fizemos da nossa vida. Assim Deus nos ajude. Amém.

Atibaia, 10 de setembro de 1978.